

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Dezembro de 2007

Área Temática: Política de crédito

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Dezembro de 2007

Índice

Microcrédito pode dar certo em qualquer lugar, diz Yunnus - Andrea Vialli e Anne Warth – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/12/2007	4
'Dar dinheiro pode ser prejudicial às pessoas' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/12/2007	5
Ministro lança Plano Safra no Ceará – Sítio Eletrônico do MDA – 03/12/2007.....	6
Usineiros terão R\$ 19,7 bi do BNDES - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/12/2007.....	6
Plano Safra destina R\$ 450 milhões para o Ceará – Sítio Eletrônico do MDA – 05/12/2007	7
Pesquisa vai fazer diagnóstico da renda dos agricultores familiares nos três estados do Sul	8
- Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 07 de dezembro de 2007	8
Bancos oferecem linhas de crédito para produtores rurais até julho/2008 – Sítio Eletrônico da Contag - 10/12/2007.....	9
CMN pode apreciar novamente prorrogação de financiamentos – Sítio Eletrônico da Contag - 12/12/2007	10
Agora é o governo que quer trocar as dívidas pela CPMF - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/12/2007	10
Agricultores começam a receber Garantia-Safra – Sítio eletrônico do MDA - 13/12/2007	11
Dívidas – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/12/2007	12
Depende do CMN – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/12/2007	12
Mais prazo para pagar dívida rural – Mauro Zanata – Valor Econômico – Agronegócios - 14/12/2007.....	12

Segunda Quinzena

Coordenação do Garantia-Safra planeja ações para 2008 – Sítio Eletrônico do MD - 17/12/2007	13
Dresch e Fetraf-Sul reivindicam isenção de ICMS para agricultura familiar -	13
Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 18 de dezembro de 2007.....	13
Dresch e Fetraf-Sul reivindicam isenção de ICMS para agricultura familiar -	14
Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 18 de dezembro de 2007.....	14
Destinados R\$ 135 mi para Garantia-Safra – Sítio Eletrônico do MDA - 19/12/2007... 15	
Governo altera, de novo, regras de rolagem de dívidas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios -19/12/2007	15
Governo adia pagamento de dívida agrícola – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/12/2007	16
Papai Noel para os agricultores – O Globo – Economia – 20/12/2007	17
Saída honrosa? – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 20/12/2007	17
CMN ratifica a prorrogação de prazo para renegociação - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 21/12/2007.....	17
Usineiros tornam-se 'órfãos' da CPMF – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/12/2007	18
Setor agrícola já sofre impacto do fim da CPMF - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Nacional – 25/12/2007	18
Bancos recebem R\$ 42 mi para pagamento do SEAF – Sítio Eletrônico do MDA - 27/12/2007	19

Microcrédito pode dar certo em qualquer lugar, diz Yunus - Andrea Vialli e Anne Warth – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/12/2007

Para o maior especialista no assunto, se der errado, a falha é de quem administra o programa

O modelo de microcrédito produtivo, voltado para fomentar o empreendedorismo em regiões pobres, pode funcionar em qualquer região do planeta. “Se o microcrédito dá errado em algum lugar, a falha não é dos pobres, mas das pessoas que administram esse crédito.” As palavras são do maior especialista no assunto, o ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006, Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank, de Bangladesh.

Yunus encerrou o EcoPower, Fórum Internacional de Energias Renováveis, em Florianópolis. Disse que foi muito difícil vir à conferência - há duas semanas, Bangladesh enfrentou um ciclone que matou 5 mil mortes e deixou outros 15 mil desaparecidos. Mesmo assim, compartilhou sua experiência com cerca de mil pessoas, entre empresários, acadêmicos e políticos.

“Fazemos o oposto do que fazem os bancos convencionais. Emprestamos para os pobres e eles para os ricos. Trabalhamos em vilarejos e eles nas cidades. Não pedimos garantias. Os donos dos grandes bancos são ricos, e as mulheres pobres são as donas do Grameen Bank.” E a instituição, criada há 31 anos com um capital de US\$ 27 - concedidos a 42 pessoas - hoje ostenta números impressionantes. Já emprestou cerca de US\$ 7 bilhões a 7,5 milhões de pessoas, 95% mulheres, que são também acionistas do Grameen Bank. Isso porque, para cada empréstimo realizado - em média, de US\$ 30 -, ele sugeria ao tomador que comprasse uma ação do banco a US\$ 1,50.

Assim, chegou a um faturamento anual de US\$ 500 milhões e 2,5 mil filiais em toda Bangladeh, desdobrando o Grameen em outra unidade de negócios, a Grameen Company, que presta serviços em energia e saneamento. Entre eles, a instalação de painéis solares em comunidades isoladas, a um custo de US\$ 3 por watt gerado - em um País onde 80% da população não tem acesso à eletricidade.

Ao contrário dos bancos comerciais de Bangladesh, que cobram taxas de juros de 15% ao ano, recalculados a cada três meses, a taxa mais alta cobrada pelo Grameen é de 20%, mas os juros são simples - não incidem em cascata. Em média, as taxas ficam entre 8,5% e 12%. Em empréstimos para reconstrução de moradia, necessários após desastres como o recente ciclone, os juros são zero. A carteira de crédito é de US\$ 10 milhões.

“A taxa mais alta, de 20%, é cobrada porque temos altos custos. Fazemos visitas semanais a 7,5 milhões de pessoas, e queremos, em 2012, atingir toda as famílias pobres do País.” Serão 22 milhões de potenciais clientes. A inadimplência é de 1%. O sucesso do Grameen ajudou a impulsionar todo um mercado de instituições de microcrédito no País, com cooperativas de crédito e ONGs que injetam outros US\$ 500 milhões na economia de Bangladesh.

No modelo de Yunus, o banco vai às pessoas, e não o contrário. No Brasil, os bancos privados e o governo ainda não aprenderam a trabalhar com o microcrédito produtivo. Em 2005, o governo federal tentou estimular o setor, com o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, que obrigava os bancos a destinar 2% dos depósitos à vista para um fundo. Não funcionou. Ao contrário do propósito inicial, inspirado no ideal de Yunus, a maior parte do crédito foi para o consumo, e não para a geração de trabalho e renda.

'Dar dinheiro pode ser prejudicial às pessoas' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/12/2007

Para o Prêmio Nobel da Paz e criador do Grameen Bank, de Bangladesh, Muhammad Yunus, quem deve se encarregar de emprestar dinheiro aos pobres são instituições - especialmente se forem criadas e geridas pelos próprios pobres. A seguir, trechos da entrevista.

Existe algum fator cultural para o sucesso do Grameen Bank? É universal, não é nada específico de Bangladesh. Está se espalhando em outros países. Se você está olhando para uma cultura, é a cultura da pobreza, que é comum no mundo. É o que faz isso acontecer.

Esse modelo pode funcionar em qualquer lugar? Ele pode ser replicado em qualquer lugar. Após essa visita ao Brasil, vou visitar experiências de microcrédito no Equador, Costa Rica, Guatemala e Honduras. Em todos esses países há programas interessantes. Temos microcrédito no Harlem, em Nova York. Aliás, só nos EUA existem 200 programas.

Por que os bancos convencionais não conseguem trabalhar com a baixa renda? Os bancos têm um modelo fixo. É muito concentrado nas pessoas ricas. Precisam amarrar as pessoas com garantias, advogados, seguro. Os pobres não recebem crédito porque não podem oferecer garantias. Mas o meu argumento para isso é que, se as pessoas não têm asas, não significa que não podem voar. E podem voar mais rápido e melhor que os pássaros.

Para acabar com a pobreza, é melhor dar o dinheiro, como muitos programas governamentais fazem, ou conceder crédito? Dar dinheiro algumas vezes é necessário, em circunstâncias especiais, como em Bangladesh, neste período após o ciclone. Precisamos ajudar as pessoas a sobreviver. Mas para um futuro permanente, dar dinheiro pode ser prejudicial às pessoas. Se você ganha as coisas de graça, você não usa seu talento e criatividade para fazer por você mesmo. Dar dinheiro deve ser temporário.

Ministro lança Plano Safra no Ceará – Sítio Eletrônico do MDA – 03/12/2007

Os agricultores familiares do Ceará terão à sua disposição, na safra 2007/2008, um valor recorde do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Ministério do Desenvolvimento, através do Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, que será lançado nesta terça-feira (4), em Fortaleza (CE) Centro Agrário (MDA) está disponibilizando R\$ 450 milhões em financiamentos, pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. A expectativa do MDA é atingir 130 mil contratos.

A solenidade ocorre às 19h30, no Palácio do Governo. Na mesma ocasião, o ministro Cassel irá assinar acordo de cooperação técnica com o governador do Estado, Cid Gomes, que irá destinar R\$ 10 milhões para assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares do estado. À tarde, às 15h30, no município de Lavras de Mangabeira, o ministro irá entregar 1.500 títulos de terras a agricultores familiares.

Usineiros terão R\$ 19,7 bi do BNDES - Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/12/2007

Grandes projetos, focados em exportação de etanol, estão no Triângulo Mineiro, em Goiás e em Mato Grosso do Sul

A carteira total do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o setor de açúcar e álcool tem pedidos de financiamento que somam R\$ 19,751 bilhões. Desse valor, R\$ 10,645 bilhões foram aprovados e R\$ 9,106 bilhões são projetos em análise. A instituição estima que os desembolsos ocorram em até três anos.

Só o Departamento de Biocombustíveis (Debio) do banco, criado em agosto, está com 77 projetos, no valor de financiamento de R\$ 12,086 bilhões, correspondente a um investimento estimado em R\$ 17,3 bilhões.

Desses, 12 projetos que estão em perspectiva se destacam por serem de grande porte, com investimento superior a R\$ 300 milhões cada. Eles somam R\$ 3,738 bilhões só de financiamento pedido ao BNDES, sem incluir outras fontes de recursos.

“São de empresas que já nascem focadas em etanol e em mercado externo”, disse o chefe do Debio, Carlos Eduardo Cavalcanti. Elas estariam se estruturando para exportar principalmente para a Europa e a Ásia. Os novos grandes projetos estão localizados no Triângulo Mineiro, no sul de Goiás e em Mato Grosso do Sul.

O BNDES estima que os projetos de co-geração das usinas de açúcar e álcool na instituição possam produzir 1,4 mil megawatts (MW), cerca de metade da capacidade prevista para a usina de Santo Antônio, a ser construída no Rio Madeira.

O banco está estimulando esse tipo de produção de energia, que hoje responde por entre 5% e 10% das receitas das usinas, segundo Cavalcanti. “A co-geração hoje é um terceiro produto, mas a tendência é que cresça e passe a ser o segundo do setor em importância”, afirmou ele.

Hoje a maior parte dos projetos de co-geração no BNDES trabalham com o preço de referência de venda de energia de R\$ 150 por MW/hora, mas os projetos que estão entrando agora estão mirando o mercado a partir de 2010 e 2011.

A moagem de cana deve crescer 100 milhões de toneladas até 2010, 26% superior à da safra 2005/2006, de 382 milhões de toneladas. A carteira total do BNDES inclui, além do Debio, operações automáticas, de mercado de capitais e de infra-estrutura.

Somando tudo, a produção de açúcar e álcool responde por R\$ 15,380 bilhões, sendo outros R\$ 2,339 bilhões para co-geração de energia elétrica, mais R\$ 1,889 bilhão para cultivo de cana e R\$ 143 milhões para pesquisa e desenvolvimento.

O banco está apoiando a internacionalização das empresas do setor e está disposto a financiar “a exportação de usinas inteiras” para a produção de etanol na África e em outros países, informou Cavalcanti. No entanto, ainda não há um caso concreto desse tipo.

Plano Safra destina R\$ 450 milhões para o Ceará – Sítio Eletrônico do MDA – 05/12/2007

Mais recursos, com juros mais baixos, aplicado com maior qualidade. Com este lema, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 destina aos agricultores familiares cearenses R\$ 450 milhões em créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Plano foi lançado em Fortaleza nesta terça-feira (4), à noite, pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, em cerimônia que contou com a presença do governador do estado, Cid Ferreira Gomes; do secretário de Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Peraci; do secretário de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Camilo Santana; e outras autoridades.

Para o ministro, o País vive um momento histórico singular, em que se discute desenvolvimento. “Estamos trabalhando para que tenhamos um meio rural com gente trabalhando, sem latifúndio, sem monocultura, trabalho escravo e sem desmatamento, onde todos tenham acesso a crédito, assistência técnica de qualidade, garantia de preços e seguro”, destacou Cassel. Esta meta, segundo ele, organiza toda a construção do Plano Safra. A expectativa do MDA, neste ano safra, é alcançar 150 mil contratos do Pronaf no estado do Ceará.

O secretário de Agricultura Familiar do MDA apresentou o Plano Safra destacando o aporte de R\$ 82 milhões através do programa Garantia-Safra, que neste ano terá 300 mil vagas para os produtores rurais do Ceará. Na cerimônia, o governador Cid Gomes agradeceu a parceria com o Governo Federal. “O desafio de fazer uma agricultura familiar

em regiões áridas como no Nordeste é gigantesco. Mas procuramos persistir na superação deste desafio.”

Também foram entregues oito cartas de crédito do Projeto São José, que beneficiarão 180 assentamentos rurais e aportam recursos no valor de R\$ 15 milhões. Além disso, o Governo do estado assinou convênio de R\$ 1.873.400,00 com o Ministério para a capacitação de agentes rurais.

Títulos de terras - Além do valor recorde em créditos do Pronaf, os agricultores familiares do estado têm outro motivo para comemorar. Na tarde de terça-feira, o ministro Cassel e o governador entregaram, simbolicamente, 1539 títulos de terras a produtores rurais do município de Lavras da Mangabeira. O Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária irá beneficiar 1769 famílias somente na cidade.

Em seu discurso, Cid Gomes disse que, para os agricultores, produzir na própria terra é um grande orgulho. Ele avalia que a parceria entre Governo Federal e estadual reflete diretamente na vida do homem do campo. “Desejamos que essas parcerias possam ser expandidas”. Gomes concluiu afirmando que, em 2008, novos recursos deverão ser trabalhados em vários setores. “Considero que as parcerias do Governo do Ceará são inéditas. Isso permite que novos investimentos possam ser aplicados em prol dos cidadãos cearenses”.

O secretário de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Camilo Santana, destacou que a meta é titular todo o estado. “Essa é uma ação com significado muito importante para o Ceará. Através dela estamos garantindo o direito da cidadania aos agricultores”, confirmou.

Pesquisa vai fazer diagnóstico da renda dos agricultores familiares nos três estados do Sul - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul - 07 de dezembro de 2007

O Deser (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais) através de um convênio com o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) iniciou em dezembro a aplicação de uma pesquisa que vai fazer o diagnóstico da situação e da renda dos agricultores familiares nos três estados do Sul.

Para realizar a pesquisa o Deser firmou um convênio com entidades ligadas à agricultura familiar onde 120 jovens agricultores estão auxiliando na aplicação de 2.500 questionários em 80 municípios nos três estados.

“A realização dessa pesquisa atende uma reivindicação histórica, que é entrevistar os agricultores para realmente apurar a renda na agricultura familiar”, afirma o secretário geral da Fetraf-Sul, Marcos Rochinski.

Um dos objetivos é conseguir dimensionar a viabilidade das mais variadas produções agrícolas, mas principalmente do fumo. Essa pesquisa faz parte do Programa

Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Fumo e quer fazer o diagnóstico e avaliação de como o plantio do tabaco tem impacto na renda dos agricultores familiares. Também estarão sendo coletas informações sobre horas trabalhadas, atividades agrícolas, custos e despesas de produção nas propriedades.

O cronograma prevê que a aplicação dos questionários deve encerrar no final de janeiro. Os dados serão analisados durante o mês de fevereiro e até o final de março será apresentado o resultado da pesquisa.

“Em março poderemos confrontar os dados apurados com aqueles divulgados pelos representantes das indústrias fumageiras e pela Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), que afirmam que cada membro das famílias fumicultoras recebe R\$4.802,00 por mês”, alerta. Rochinski questiona a legitimidade da Afubra em representar os fumicultores nas negociações quando afirmam absurdos como estes e defendem esses números como verdade absoluta.

Bancos oferecem linhas de crédito para produtores rurais até julho/2008 – Sítio Eletrônico da Contag - 10/12/2007

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou cinco bancos, que operam com poupança rural, a oferecerem linhas de crédito para produtores e produtoras rurais. A resolução com as regras foi publicada pelo conselho no final de novembro. O Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Bancicred e Bancoob estão autorizados a liberar linhas de crédito, na nova modalidade, até 30 de junho de 2008. A medida vai beneficiar também os que já contrataram crédito do programa Gat Giro Rural.

O diferencial da nova linha de crédito é a taxa de juros: a média da modalidade é de 10,5% ao ano, contra 15% dos financiamentos convencionais. O prazo de pagamento do empréstimo é de 24 meses.

Estão disponíveis para empréstimo R\$ 500 milhões de reais, que foram alocados para a poupança rural. Esse valor foi retirado do montante disponível para o programa Fat Giro Rural, que tem em caixa R\$ 3,5 bilhões. Esse programa concede financiamento para produtores rurais que não conseguiram quitar dívidas com fornecedores de insumos e serviços nas safras de 2004/2005 e 2005/2006.

Ciléia Pontes - Agência Contag de Notícias

CMN pode apreciar novamente prorrogação de financiamentos – Sítio Eletrônico da Contag - 12/12/2007

O presidente da Fetag/RS, Elton Weber, esteve reunido hoje (12) com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para dar continuidade às negociações relativas ao auxílio aos agricultores familiares atingidos pelos temporais em diversas regiões do Estado. A ajuda diz respeito à prorrogação das parcelas do Pronaf Investimento, programadas para vencer dia 17 de dezembro. O pedido de extensão do prazo, vetado na semana passada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), será reeditado e reencaminhado para o Conselho Monetário Nacional (CMN), será reeditado e reencaminhado para o Conselho Monetário Nacional (CMN). Lideranças da Contag e integrantes do Ministério da Fazenda também participaram do encontro.

Weber espera que até amanhã (13) à tarde haja um posicionamento político do CMN confirmando ou não a prorrogação. "A orientação da Fetag/RS é para que todos os agricultores atingidos pelos temporais não efetuem o pagamento das parcelas até que se configure uma nova situação. Em caso positivo, os agentes financeiros e os STTRs serão comunicados e os agricultores poderão liquidar suas operações dentro de novos prazos", explica.

Em relação à criação de uma linha de crédito de investimento específica para reestruturação das propriedades atingidas pelos vendavais, ficou acertado com os ministérios que o movimento sindical encaminhará um levantamento das demandas dos agricultores. A Fetag/RS está solicitando que cada sindicato faça uma pesquisa em seu município e organize os dados em uma tabela que traga o nome do agricultor, CPF, finalidade e montante dos recursos necessários. Os dados devem ser encaminhados à Federação até dia 20 de dezembro, para que as negociações junto aos órgãos competentes sejam realizadas.

No entanto, conforme definido na assembléia da Fetag/RS da última terça-feira (11), não está descartada a promoção de atos e mobilizações nos dias 27 e 28 de dezembro, caso as negociações com o governo federal não avancem.

Agora é o governo que quer trocar as dívidas pela CPMF - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/12/2007

Em meio às intensas negociações para garantir a prorrogação da CPMF no Senado, o governo acena com duas medidas para agradar aos parlamentares da bancada ruralista do Congresso. Mas, para garantir os votos favoráveis no plenário, deve adotar a estratégia de adiar o anúncio de uma nova renegociação das dívidas rurais estimadas em R\$ 40 bilhões. Curiosamente, a idéia de "trocar" a rolagem dos débitos pela aprovação da CPMF era originalmente da bancada ruralista.

De um lado, o governo prepara a ampliação de concessões feitas a produtores de café. Deve prorrogar o pagamento das operações de custeio com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para um ano após o vencimento dos contratos.

Também deve autorizar, por mais dois anos, que os cafeicultores paguem somente os juros das parcelas anuais de dívidas já renegociadas.

Na conta das bondades, o governo também analisa esticar o chamado "prazo de espera" dos débitos vencidos. Assim, o produtor manteria suas operações em condição de adimplência. Para as dívidas de custeio e investimento, o prazo deve ser estendido de 17 de dezembro para 31 janeiro. No caso das operações com eventual aval do Fundo de Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA, o prazo seria esticado de 28 de dezembro para o fim de março ou de abril. As medidas podem sair em decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou embutidas em alguma Medida Provisória em tramitação.

Mas as medidas da nova renegociação das dívidas rurais, prometidas por parlamentares para serem anunciadas hoje, parecem longe de uma formalização. Até agora, o governo não decidiu o que fazer com os R\$ 9 bilhões em dívidas de custeios já prorrogados das safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06. Também não há solução da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre a repactuação de cerca de R\$ 16 bilhões em programas de investimentos vencidos ou a vencer.

Até agora, estão decididas somente as linhas gerais de uma renegociação dos R\$ 15 bilhões em débitos dos programas de refinanciamento criados a partir de 1995 - securitização, saneamento de ativos (Pesa) e recuperação de cooperativas (Recoop). Nesse caso, o governo fala em corrigir as dívidas e oferecer descontos para quitação antecipada. O objetivo é estimular a adimplência e conceder descontos maiores para dívidas menores. Também cogita atualizar parte dos débitos sem juros, multas e honorários derivados da inadimplência. Com isso, corrigiria os saldos vencidos, mas evitaria o uso de bônus, além de adotar um novo indexador intermediário entre a situação de inadimplência e as condições normais. As dívidas com o Funcafé, por exemplo, poderia ser corrigidas com juros originais de 9,5% ao ano, o que seria bem menor do que a simples aplicação da taxa Selic.

Agricultores começam a receber Garantia-Safra – Sítio eletrônico do MDA - 13/12/2007

A partir de sexta-feira (14), cerca de 300 mil agricultores familiares começam a receber o pagamento do Garantia-Safra, programa da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) voltado para a região Semi-árida brasileira. No total, serão liberados recursos no valor de R\$ 50 milhões.

As parcelas que serão pagas irão beneficiar os agricultores dos estados de Minas Gerais, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Bahia. O pagamento acontece nas agências da Caixa Econômica Federal (CEF) e casas lotéricas.

O coordenador-geral do Programa, José Arnaldo de Brito, explica que haverá um calendário para o pagamento das parcelas de acordo com o número do cartão do Garantia-Safra, que o agricultor possui. “Para evitar filas nas agências, é importante que os agricultores se informe sobre a data de seu recebimento nas empresas estaduais de assistência técnica, prefeituras, sindicatos ou nas delegacias do MDA nos estados”, orienta Brito.

O Programa - O Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que visa propiciar segurança ao exercício da atividade agrícola na região Semi-árida brasileira. Caso o agricultor perca a safra por causa da seca, ele poderá ter uma renda por tempo determinado (R\$ 110 durante cinco meses) para as culturas de arroz, milho, feijão, algodão e mandioca.

Atualmente, para participar do Garantia-Safra, o agricultor familiar precisa pagar R\$ 5,50, enquanto a prefeitura paga R\$ 16,50 por agricultor participante e o estado, R\$ 33 por agricultor participante. O restante do pagamento é feito pelo Governo Federal.

Dívidas – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/12/2007

Deputados da bancada ruralista disseram ontem, após reunião com o Banco do Brasil, que a instituição aceitou a prorrogação do pagamento das dívidas de investimentos dos agricultores. O novo prazo é o início de fevereiro de 2008.

Depende do CMN – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 14/12/2007

O BB informou que na reunião foram esclarecidas as ações que o banco vem desenvolvendo sobre o FRA e que a prorrogação do crédito rural depende do CMN. O banco seguirá as decisões do Conselho, que devem sair até o dia 20.

Mais prazo para pagar dívida rural – Mauro Zanata – Valor Econômico – Agronegócios - 14/12/2007

Sem uma solução para as dívidas rurais estimadas em R\$ 40 bilhões, os deputados da Comissão de Agricultura da Câmara acertaram ontem com a diretoria do Banco do Brasil uma ampliação do "prazo de espera" para as parcelas dos programas de investimento vencidas neste ano. O prazo, que expiraria na segunda-feira, será estendido para 1º de fevereiro, informou o presidente da comissão, Marcos Montes (DEM-MG). Ainda falta uma saída para as operações com aval do novo Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA). O prazo vence no dia 28 de dezembro. Também não há uma opção para o conjunto das dívidas. (MZ)

Coordenação do Garantia-Safra planeja ações para 2008 – Sítio Eletrônico do MD - 17/12/2007

Os coordenadores estaduais e consultores do Programa Garantia-Safra nos estados beneficiados pelo programa estiveram reunidos, em Brasília, na última semana para avaliar as ações de 2007 e a implementação do Programa na safra 2007/2008 e para planejar as atividades do próximo ano. A reunião foi realizada pela coordenação-geral do programa da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA).

Na pauta do planejamento para 2008, está a capacitação dos Conselhos Municipais do Garantia-Safra, formado por integrantes governamentais e da sociedade civil organizada, a respeito do papel dos Conselhos e a importância de outras políticas da SAF/MDA para a agricultura familiar. Foi planejado também o monitoramento do Programa em todos os estados participantes e o agendamento da próxima reunião de coordenadores, para o mês de março. A intenção é que os encontros de coordenação sejam realizados a cada três meses.

Segundo o coordenador-geral do Programa, José Arnaldo de Brito, a avaliação das coordenações estaduais foi positiva, destacando como pontos principais das atividades em 2007 o atendimento integral das cotas solicitadas pelos estados para os agricultores familiares, a melhora no fluxo de informações sobre o Programa para os estados e a autonomia das coordenações estaduais como representantes legais Garantia-Safra. “Isso permitiu uma maior mobilização, articulação com os atores envolvidos no Programa nos estados, além do importante trabalho em conjunto com as delegacias federais do MDA”, considera Brito.

Dresch e Fetraf-Sul reivindicam isenção de ICMS para agricultura familiar -Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf-sul - 18 de dezembro de 2007

Representantes da Fetraf-Sul participaram juntamente com o deputado estadual Dirceu Dresch(PT) de uma audiência com o secretário de Estado da Fazenda, Sérgio Rodrigues Alves, na manhã terça-feira (18.12). A principal reivindicação é de que o governo estadual isente de ICMS os produtos vendidos por pequenos produtores rurais ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA do governo federal. O secretário da Agricultura e Política Rural, Antonio Ceron, Conselhos de Segurança Alimentar (Consea's) e entidades que operam o programa no estado também participaram da reunião.

Para o representante da Fetraf-Sul, Valdir Zembruski, a audiência teve um resultado positivo já que o Governo do Estado se mostrou sensível à proposta. “Agora temos até o dia sete de janeiro para apresentar exemplos de outros estados e encaminhar o projeto de lei que prevê a isenção. Estamos contentes porque esse projeto vai trazer mais renda para o agricultor familiar catarinense”, afirmou. Só este ano já foram adquiridos mais de R\$ 20 milhões em produtos da agricultura familiar do estado por meio do programa. Desse total, R\$ 1,3 milhão foi pago em ICMS ao governo estadual. Com a isenção, o

dinheiro que seria destinado a pagar ICMS pode ser revertido em mais alimentos para programas sociais e renda para os agricultores.

O deputado Dresch defende que o valor correspondente à alíquota de 17% de ICMS sobre os produtos que os agricultores industrializam para vender aos programas governamentais, seja revertido em mais dinheiro para a compra, beneficiando um número maior de agricultores e de entidades que recebem os produtos. Cada agricultor familiar pode vender até R\$ 3,5 mil por ano ao PAA do governo federal. "Um grande volume de recursos do programa está virando imposto, em vez de ir para o bolso de mais famílias de agricultores e, conseqüentemente, menos alimentos são adquiridos para atender os programas sociais nos municípios", diz.

Dresch e Fetraf-Sul reivindicam isenção de ICMS para agricultura familiar -Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 18 de dezembro de 2007

Representantes da Fetraf-Sul participaram juntamente com o deputado estadual Dirceu Dresch(PT) de uma audiência com o secretário de Estado da Fazenda, Sérgio Rodrigues Alves, na manhã terça-feira (18.12). A principal reivindicação é de que o governo estadual isente de ICMS os produtos vendidos por pequenos produtores rurais ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA do governo federal. O secretário da Agricultura e Política Rural, Antonio Ceron, Conselhos de Segurança Alimentar (Consea's) e entidades que operam o programa no estado também participaram da reunião.

Para o representante da Fetraf-Sul, Valdir Zembruski, a audiência teve um resultado positivo já que o Governo do Estado se mostrou sensível à proposta. "Agora temos até o dia sete de janeiro para apresentar exemplos de outros estados e encaminhar o projeto de lei que prevê a isenção. Estamos contentes porque esse projeto vai trazer mais renda para o agricultor familiar catarinense", afirmou. Só este ano já foram adquiridos mais de R\$ 20 milhões em produtos da agricultura familiar do estado por meio do programa. Desse total, R\$ 1,3 milhão foi pago em ICMS ao governo estadual. Com a isenção, o dinheiro que seria destinado a pagar ICMS pode ser revertido em mais alimentos para programas sociais e renda para os agricultores.

O deputado Dresch defende que o valor correspondente à alíquota de 17% de ICMS sobre os produtos que os agricultores industrializam para vender aos programas governamentais, seja revertido em mais dinheiro para a compra, beneficiando um número maior de agricultores e de entidades que recebem os produtos. Cada agricultor familiar pode vender até R\$ 3,5 mil por ano ao PAA do governo federal. "Um grande volume de recursos do programa está virando imposto, em vez de ir para o bolso de mais famílias de agricultores e, conseqüentemente, menos alimentos são adquiridos para atender os programas sociais nos municípios", diz.

Destinados R\$ 135 mi para Garantia-Safra – Sítio Eletrônico do MDA - 19/12/2007

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de terça-feira (18), a Medida Provisória Especial nº 405 que destina R\$ 135 milhões para o fundo do programa Garantia-Safra. Na safra 2007/2008, mais de 686 mil agricultores familiares do Semi-árido brasileiro poderão contar com o programa Garantia-Safra, caso ocorram perdas nas culturas de arroz, feijão, milho, algodão ou mandioca devido à seca.

Para o coordenador-geral do programa, José Arnaldo de Brito, esta suplementação financeira traz ainda maior segurança para que os agricultores familiares possam aderir ao Garantia-Safra nos próximos anos. Brito explica que este fundo é formado pelos recursos de adesão pagos por agricultores familiares, estados, municípios e Governo Federal.

O que é o Garantia-Safra - Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que visa propiciar segurança ao exercício da atividade agrícola na região Semi-árida brasileira. Caso o agricultor perca a safra por causa da seca, ele poderá ter uma renda por tempo determinado (R\$ 110 durante cinco meses) para as culturas de arroz, milho, feijão, algodão e mandioca.

Atualmente, para participar do Garantia-Safra, o agricultor familiar precisa pagar R\$ 5,50, enquanto a prefeitura paga R\$ 16,50 por agricultor participante e o estado, R\$ 33 por agricultor participante. O restante do pagamento é feito pelo Governo Federal.

Governo altera, de novo, regras de rolagem de dívidas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios -19/12/2007

Mesmo sem ter entrado em vigor, o governo resolveu alterar, pela terceira vez neste ano, as regras das operações rurais com aval do novo Fundo de Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA).

A principal mudança está na garantia institucional do risco das operações, criadas para permitir a rolagem das dívidas dos produtores com fornecedores de insumos. Após vaivéns, o Citibank, que partilharia dos riscos da nova carteira até 2012, desistiu da proposta. Agora, o risco será assumido pelo Banco do Brasil, que tentará repassar a carteira a outros investidores. A chamada "sindicalização" das operações distribui a receita do crédito segundo a participação de cada banco na carteira.

As mudanças também atingem a exigência de garantias de penhor que devem ser oferecidas pelos produtores nas operações, que têm carência até maio de 2009. Até então, o governo exigia, na prática, até três sacas de soja para cada fração financiada pelo FRA. Agora, exigirá de 1,1 a 1,23 saca, segundo apurou o Valor. Nas operações de crédito rural, a exigência é maior: até 1,4 saca por cada fração coberta pelos empréstimos. Os processos serão feitos pelo BB, e não mais pelas indústrias credoras.

O novo acordo, avalizado pelo Ministério da Fazenda, compromete o BB a arcar com riscos de inadimplências ao fim do programa de repactuação das dívidas. No fim de outubro, um pacto havia blindado o banco desse risco. Continua o limite de R\$ 15 milhões por beneficiário.

A demanda por financiamento com aval do FRA devem somar R\$ 1 bilhão e beneficiar 4 mil produtores. O fundo dispõe de R\$ 2,2 bilhões. A criação da linha, acertada entre o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), e o presidente Lula antes das eleições de 2006, foi condição para virar votos pró-reeleição.

Pelas regras do FRA, os produtores terão que pagar 10% de sua dívida ao fundo. Os fornecedores entrarão com outros 20% e o Tesouro bancará, se for necessário, até 15% dos recursos. Ao fim do prazo de pagamento, os produtores poderão receber até 50% do valor pago ao fundo.

Em outra frente, o governo continua a empurrar com a barriga uma resolução para as dívidas globais do setor rural, estimadas em R\$ 40 bilhões. Uma parcela de R\$ 300 milhões dos débitos de R\$ 8 bilhões em programas de investimentos venceu na última segunda-feira, mas até agora o governo não ampliou oficialmente o prazo para contratação das rolagens. Hoje, o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, tem reunião com a bancada ruralista para tratar do tema.

Governo adia pagamento de dívida agrícola – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/12/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O governo anunciou ontem a suspensão de todas as dívidas agrícolas que venceriam em dezembro até o dia 15 de fevereiro de 2008. As dívidas com vencimento em janeiro, fevereiro e março também estão suspensas até o dia 31 de março de 2008.

Em entrevista coletiva, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) justificou a decisão citando as dificuldades em elaborar o Orçamento de 2008 sem a CPMF e uma negociação em curso entre governo, produtores e Congresso sobre as dívidas.

Stephanes não soube dizer o valor total da dívida suspensa. Sugeriu que o passivo de dezembro chegaria a R\$ 2 bilhões. O valor total da dívida do setor agrícola chega a R\$ 40 bilhões, próximo ao da arrecadação anual da CPMF.

Ele disse que encaminhará a proposta de suspensão do pagamento da dívida ao CMN (Conselho Monetário Nacional), que deve se reunir hoje.

Procurado pela **Folha** ontem, o Banco do Brasil não soube confirmar o valor da dívida suspensa.

Papai Noel para os agricultores – O Globo – Economia – 20/12/2007

Pagamento de dívida de R\$ 6 bi foi adiado por 60 dias

BRASÍLIA. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, anunciou ontem um presente de Natal para os produtores agrícolas.

Ele decidiu pelo adiamento do pagamento das parcelas da dívida, que venceram até 17 de dezembro para 15 de fevereiro. De acordo com Stephanes, esse adiamento equivale a R\$ 6 bilhões que os bancos, principalmente o Banco do Brasil, deixam de receber.

A medida foi anunciada justamente no fim de um ano positivo para o setor, com recordes de produção e exportação. Segundo o ministro, os prejuízos do passado, a baixa cotação do dólar e o elevado preço de alguns insumos justificariam o adiamento.

O governo também anunciou que as parcelas dos financiamentos rurais que vencem em janeiro, fevereiro e março foram adiadas para o dia 31 de março. Segundo Stephanes esta prorrogação decorre da não conclusão da renegociação da dívida agrícola brasileira, adiada por conta da não aprovação da CPMF.

O ministro voltou a afirmar que há muito preconceito da sociedade urbana contra os produtores rurais e que, quando têm dinheiro, os produtores pagam suas dívidas.

— Esse ano eles pagaram 95% do custeio dessa safra — disse.

Saída honrosa? – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 20/12/2007

O Ministério da Agricultura confirmou que o prazo para pagamento de dívidas rurais com liquidação prevista para 17 de dezembro poderá ser prorrogado para 15 de fevereiro. A medida desagradou a produtores, que esperavam uma solução definitiva para as dívidas totais do setor ainda em 2007. Essa solução, entretanto, ficou para março.

CMN ratifica a prorrogação de prazo para renegociação - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 21/12/2007

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a ampliação do prazo para oficializar a renegociação das dívidas rurais com programas de investimento, que venceu no último dia 17 de dezembro. Agora, os produtores terão até 15 de fevereiro para quitar as dívidas. O CMN também autorizou a prorrogação, por seis meses após o vencimento da última parcela, do prazo de vencimento dos débitos dos produtores de cacau. O prazo anterior expirava em 31 de janeiro.

Mas a última reunião do ano do CMN acabou com a esperança dos produtores de obter um período de suspensão das dívidas no primeiro trimestre de 2008. Anunciada pela bancada ruralista em conjunto com o ministro Reinhold Stephanes, a medida foi descartada ontem pelo secretário adjunto de Microfinanças e Política Agrícola do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt. Ele esclareceu que a proposta não foi sequer submetida ao CMN por não ter sido negociada internamente no governo.

"É ruim porque ocorre num momento crítico. Falta caixa ao produtor e parte ficará inadimplente. Ficaremos impedidos de refinanciar dívidas com fornecedores privados", diz Glauber Silveira, da Associação dos Produtores de Soja. Entre janeiro e março, vencem dívidas de custeio e investimento, e débitos antigos já prorrogados nos programas de securitização e saneamento de ativos (Pesa).

Usineiros tornam-se 'órfãos' da CPMF – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/12/2007

O governo informou aos usineiros que será inviável a implantação do pacote fiscal negociado com eles há mais de um ano, para a redução de PIS/Cofins e IPI incidentes sobre equipamentos de co-geração de energia elétrica a partir da biomassa destinados a novos projetos. O motivo é o fim da CPMF e a perda de R\$ 40 bilhões na receita em 2008. O governo chamou representantes do setor e comunicou a impossibilidade da redução dos impostos. “Todo mundo teve de aceitar com resignação enorme”, disse Maurílio Biagi Filho, conselheiro da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica).

Setor agrícola já sofre impacto do fim da CPMF - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Nacional – 25/12/2007

Programa de renegociação de dívidas é adiado; os usineiros não terão pacote fiscal negociado há um ano

O fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) começa a fazer suas primeiras vítimas. Por causa da necessidade de cortar gastos em 2008 para compensar os R\$ 40 bilhões a menos, o governo pôs o pé no freio de programas que acarretariam despesas extras ou queda nas receitas. O setor agrícola foi o primeiro a ser afetado.

Um programa de renegociação de um estoque de dívidas de R\$ 120 bilhões dos produtores teve seu anúncio adiado por três meses. Originalmente, seria lançado no dia 28. A nova data foi acertada na semana passada, em negociação com a Comissão de Agricultura da Câmara.

Antes da rejeição da CPMF no Senado, a equipe do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, havia elaborado uma proposta para renegociação de um conjunto de dívidas antigas e novas dos agricultores. Agora, a proposta, que dependia do sinal verde do ministro da Fazenda, Guido Mantega, terá de ser refeita.

“É melhor esperar um pouco. Vamos continuar negociando com o governo uma solução para esse volume da dívida acumulada”, disse o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). O governo comprometeu-se a anunciar as medidas até 31 de março.

Porém, o secretário-adjunto de Microfinanças e Política Agrícola, Gilson Bittencourt, do Ministério da Fazenda, sinalizou que o governo não está disposto a abrir o cofre para o setor agrícola. “Não haverá dinheiro novo.” Segundo ele, o foco do programa será a elaboração de mecanismos para facilitar o pagamento de pequenas quantias e a adoção de medidas que permitam aos produtores inadimplentes quitar seus débitos.

O secretário também informou que as dívidas rurais que vencem no primeiro trimestre do ano precisam ser pagas. A exceção são os débitos da cacauicultura com vencimento no dia 31 de janeiro e que, segundo decisão tomada na semana passada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), poderão ser pagos seis meses após o vencimento da última parcela.

A recomendação para pagamento contradiz orientação do ministro da Agricultura. Segundo Stephanes, até a apresentação das medidas para reestruturação da dívida, os vencimentos estão suspensos. Bittencourt afirmou que a proposta de estabelecer “efeito suspensivo” para as dívidas não foi nem sequer submetida ao CMN por não ter sido negociada internamente no governo.

BIOMASSA - A segunda vítima da extinção da CPMF é o setor sucroalcooleiro. O governo comunicou a empresários que será inviável a implantação do pacote fiscal, negociado há mais de um ano com os usineiros, para a redução de impostos incidentes sobre equipamentos de co-geração de energia elétrica a partir da biomassa.

Para incentivar a produção e minimizar o risco de apagão elétrico, o governo iria reduzir o PIS/Cofins e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os novos projetos.

Bancos recebem R\$ 42 mi para pagamento do SEAF – Sítio Eletrônico do MDA - 27/12/2007

O Banco Central (Bacen) enviou aos bancos, no dia 21 de dezembro, R\$ 42 milhões para o pagamento do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) aos agricultores familiares que tiveram perdas na lavoura em função de ocorrências climáticas. Segundo o coordenador-geral do SEAF, José Carlos Zukowski, já foram pagos 17.733 processos de indenização da safra 2006/2007.

Ele explica que neste ano houve atraso na liberação do pagamento porque foram verificadas ocorrências de duplicidade de contratos que, em grande parte, gerariam violação do limite de R\$ 1.800 para a cobertura de renda. Isso exigiu que o Bacen ajustasse seu sistema para identificar melhor essas situações, desenvolvendo um cuidadoso trabalho durante os últimos meses.

O coordenador alerta aos agricultores familiares que a duplicidade de contrato, excedendo os limites do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do SEAF, é infração às normas e sujeita a operação à desclassificação do crédito rural e à perda do seguro. Porém, Zukowski ressalta que como muitos produtores podem ainda não estar bem informados sobre essas regras, exclusivamente neste ano haverá um tratamento em caráter excepcional para os casos em que o produtor tenha agido de boa fé.

Correção de dados - Em caso de duplicidade, o primeiro contrato cadastrado no Banco Central terá o pagamento das parcelas de financiamento e de renda. Já o contrato

seguinte, que estourou o limite de R\$ 1.800, precisará ter seu cadastro corrigido no Bacen. Depois da correção, a instituição financeira verificará se há algum pagamento de seguro a ser feito. Se houver valores a pagar, o Banco Central, então, fará a correspondente remessa de recursos ao banco.

“É importante estar atento para evitar essas e outras situações de descumprimento das normas, inclusive porque os programas do governo estão sujeitos à fiscalização dos órgãos públicos de controle, que podem aplicar penalidades aos infratores”, alerta Zukowski. A Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) vem realizando diversas ações de divulgação, ao longo do ano, sobre as características de cada programa e a importância de se observar corretamente as normas. O objetivo é proporcionar o acesso do agricultor às informações para que ele não cometa nenhum tipo de infração.

Os três estados com maior número de segurados que estão recebendo o SEAF são: Rio Grande do Sul, com 7.817 agricultores (R\$ 17 milhões); Paraná, com 1.487 agricultores (R\$ 4.9 milhões); e Santa Catarina, com 825 agricultores (R\$ 2.9 milhões).

Como funciona o seguro - SEAF foi criado em 2004 pelo MDA com a finalidade de reduzir os riscos a que estão expostos os agricultores familiares. O valor segurado equivale a 100% do financiamento e mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado. A cobertura pelo SEAF é assegurada ao empreendimento cuja perda por causas amparadas for superior a 30% da receita bruta esperada, além de atendidas as demais condições contratuais. Os agricultores e agricultoras familiares que realizam financiamentos de custeio agrícola no Pronaf podem contratar o seguro.

O SEAF cobre perdas na lavoura ocasionadas por: chuva excessiva; geada; granizo; seca; variação excessiva de temperatura; ventos fortes; ventos frios; doença fúngica ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia, técnica e economicamente exequível; além de perdas decorrentes de doença sem método difundido de combate, controle ou profilaxia (nas operações de custeio pecuário).

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

